

**(RE)EXISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NO CAMPO ATRAVÉS DO
ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO**

Pedro Dias Mangolini **NEVES**

Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. Doutorando em Geografia
pela Universidade Federal de Goiás
Email: pmangolini@hotmail.com

Marcelo Rodrigues **MENDONÇA**

Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Doutorado em Geografia pela
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Email: ufgmendonca@gmail.com

RESUMO: O associativismo é principalmente a transformação das relações de produção capitalista por princípios mais próximos ao socialismo, como igualdade e solidariedade. Já o cooperativismo é a tentativa de viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, créditos e comercialização, de acordo com os interesses dos seus associados, em que o proletariado que assume a gestão da produção, e assim promove a independência de certa população. Para esta pesquisa buscou-se destacar o papel fundamental do associativismo para a permanência de camponeses e quilombolas de forma que haja uma geração de renda suficiente para uma agricultura de abundância com a reestruturação familiar, utilizando como objeto de estudo a Cooperafloresta – Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis localizada na região do Vale do Ribeira (SP/PR) que há mais de vinte anos busca através do trabalho com associativismo e comercialização solidária a resistência destes produtores no campo. Desta maneira a Cooperafloresta se apresenta como um projeto de *(re)existência* dos agricultores camponeses e quilombolas com uma mudança na relação ser humano/natureza, do que uma resistência ao agronegócio e/ou produção capitalista.

Palavras-chave: Associativismo. Economia solidária. Cooperafloresta.

**(RE) EXISTENCE AND PERMANENCE WITHOUT FIELD THROUGH
ASSOCIATIVISM AND COOPERATIVISM**

SUMMARY: The associativism is mainly the transformation of the relations of capitalist production by principles closer to socialism, as equality and solidarity. Already the cooperativism is the attempt to make feasible and to develop activities of consumption, production, services, credits and commercialization, according to the interests of its

associates, which the proletariat assumes the management of production, and thus promotes the independence of a certain population. This research had as objective to highlight the fundamental role of associativism for the permanence of peasants and quilombolas, so that there is a generation of income sufficient for an abundance agriculture with a family restructuring, for use as object of study. Cooperafloresta - Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis, located in the Vale do Ribeira region (SP/PR), which for more than twenty years research for work with associations and solidarity marketing. In this way, a Cooperafloresta presents itself as a project of (Re)existence of peasants and quilombola farmers with a change in the relation between man and nature, produce capital and, or capitalist production.

Keyword: Associativismo. Solidarity economy. Cooperafloresta.

(RE) EXISTENCIA Y PERMANENCIA EN EL CAMPO A TRAVÉS DEL ASOCIATIVISMO Y COOPERATIVISMO

RESUMEN: El asociativismo es principalmente la transformación de las relaciones de producción capitalista por principios más cercanos al socialismo, como igualdad y solidaridad. Ya que el cooperativismo es el intento de viabilizar y desarrollar actividades de consumo, producción, prestación de servicios, créditos y comercialización, los intereses de sus asociados, el cual el proletariado que asume la gestión de la producción, y así promueve la independencia de cierta población. Para esta investigación se buscó destacar el papel fundamental del asociativismo para la permanencia de campesinos y quilombolas de forma que haya una generación de renta suficiente para una agricultura de abundancia con la reestructuración familiar, utilizando como objeto de estudio la Cooperafloresta - Asociación de los Agricultores Agroforestales de Barra do Turvo y Adrianópolis ubicada en la región del Valle del Ribeira (SP / PR) que hace más de veinte años busca a través del trabajo con asociativismo y comercialización solidaria la resistencia de estos productores en el campo. De esta manera la Cooperafloresta se presenta como un proyecto de (re) existencia de los agricultores campesinos y quilombolas con un cambio en la relación ser humano/naturaleza, que una resistencia al agronegocio y/o producción capitalista.

Palabras clave: Asociativismo. Economía solidaria. Cooperafloresta.

INTRODUÇÃO

Desde a chegada dos portugueses no Brasil há um processo de concentração fundiária, na qual a natureza não era propriedade dos nativos, mas participava em associação com os nativos, e com a chegada dos colonizadores passa a ter dono. A terra se torna propriedade de poucos com as Capitânicas Hereditárias e a Lei das Sesmarias. Processo que se intensifica com a lei de Terras em 1850, em que só quem tivesse a titularidade da terra, obtida por compra, poderia ser dono da mesma. A partir da década de 1930 há uma ampliação desta concentração fundiária pela modernização agrícola, e com uma crescente saída dos camponeses para a

cidade, provocando um grande esvaziamento no campo e inchaço populacional das cidades, principalmente nos grandes centros urbanos.

Porém, ainda existem algumas experiências de resistência e *(re)existência* por parte de indivíduos que acreditam que o campo seja um dos únicos locais de sua sobrevivência, desde modo permaneceram na terra, utilizando táticas¹ como a agroecologia, a agroflorestal, o associativismo, o cooperativismo, a produção de sementes crioulas, dentre outras.

Destarte, o objetivo desta pesquisa é destacar o papel fundamental destas táticas, como o associativismo e o cooperativismo para a permanência dos camponeses e quilombolas no campo de forma que haja uma geração de renda suficiente para uma agricultura de abundância com a reestruturação familiar.

O presente trabalho foi realizado a partir de uma análise empírica durante um trabalho de campo na Cooperafloresta – Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis, da disciplina intitulada Sistemas Agroflorestais ofertada no programa de Pós-Graduação em Recursos Florestais da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), além de uma revisão teórica não sistematizada sobre o trabalho com associativismo e a produção solidária, para assim pensar e discutir numa melhor forma de resistência do agricultor familiar e quilombola no Vale do Ribeira.

Este trabalho se dá devido a urgência de compreender as experiências e alternativas resistentes a este atual modelo de agricultura, que busca a produção em larga escala por meio de monocultivos com aplicações cada vez maiores de agrotóxicos, contaminando natureza, trabalhadores e consumidores; com cada vez menos trabalhadores, deixando o campo vazio de pessoas e somente com máquinas; e cada vez mais a apropriação da natureza como exaustão do solo e retirada de água através de outorgas de irrigação (legalmente) ou de forma clandestina.

METODOLOGIA

Como metodologia para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizada uma breve exposição do conceito de associativismo e de economia solidária que estão diretamente ligados e do cooperativismo, fundamentado especialmente nos autores Frantz (2012) para a exposição sobre associativismo e cooperativismo, e nos autores Paul Singer (2000a; 2000b;

¹ Tática, aqui, será tratada como conceituou Certeau (1980), sendo uma resposta à estratégia imposta pelos fortes (poderes governamentais e/ou capitalistas), ou seja, uma prática social como forma de resistência das normas estabelecidas.

2003, 2004), Guérin (2005), Laville (2006) e França Filho (2006) para apresentar algumas conceituações e formas de se enxergar a economia solidária.

Esta temática foi suscitada após um trabalho de campo na Cooperafloresta, uma associação com pequenos produtores e quilombolas que desenvolve uma produção inserida no sistema agroflorestal com o intuito do desenvolvimento familiar no Vale do Ribeira (São Paulo/ Paraná).

Neste trabalho de campo foi realizada entrevistas com membros da associação, os questionando sobre o histórico da associação, como foi a trajetória de conversão da agricultura tradicional para o sistema agroflorestal, quais foram os efeitos desta mudança na vida da comunidade e como se realiza a produção e comercialização desta produção.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizada revisão bibliográfica não sistematizada de conceitos como associativismo, cooperativismo e economia solidária, bem como a discussão sobre sistema agroflorestal e a Cooperafloresta, que é, devido a experiência prática em trabalho de campo, a principal inspiradora deste trabalho.

ASSOCIATIVISMO

Tratamos por associativismo a ideia de associar interesses comuns a partir de iniciativas de cooperação, que segundo Frantz (2012) é bastante antiga, porém, somente a partir de 1990 é que as discussões ganharam consistência através da perspectiva do desenvolvimento local e social sob novas concepções e ideias as quais emergiram da concepção de sustentabilidade.

A vida associativa está presente em muitas áreas das atividades humanas, primeiramente em condições que visam contribuir para o equilíbrio e estabilidade social e, a esse respeito Frantz (2012, p. 1) destaca

Associativismo, com o sentido de cooperação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a cooperação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida.

Assim, se insere a presente discussão como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social, o qual tem como denominador comum o fato de que o associativismo se constitui em táticas que tornam capaz a melhora das condições de vida das pessoas e de uma população, sob todas as suas dimensões.

Neste contexto do mundo do trabalho, o associativismo, pode ser citado como uma ação social que vem sendo apresentada pelo reconhecimento de sua importância nas transformações sociais e mercadológicas.

Isto posto, pode-se considerar que esta associação se baseia principalmente no conceito de economia solidária, com associações que buscam o desenvolvimento local e uma resistência desta população a um sistema que prioriza os grandes mercados, as associações são formadas por pessoas jurídicas de direito privado a partir da união de pessoas que se organizam para a realização de atividades não econômicas, ou seja, sem finalidades lucrativas. Nessas entidades, o fator preponderante são as pessoas que as compõem.

COOPERATIVISMO

O processo de cooperação no trabalho consiste em várias pessoas trabalhando em equipe, de forma planejada, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos (MARX, 1988).

A aplicação da cooperação ao processo de trabalho representa uma evolução na forma como a sociedade organiza a satisfação de suas necessidades, porque permite:

- (a) um encurtamento do tempo necessário à produção de determinado produto, isto é, confecciona-se mais produtos em menos tempo. Permite distribuir as diversas operações entre diversos trabalhadores, por conseguinte, executá-las simultaneamente e, com isso, reduzir o tempo necessário para a produção do produto total;
- (b) uma extensão do espaço em que se pode realizar o trabalho. Vários trabalhadores, concomitantemente, podem estar atuando ao mesmo tempo, porém em locais diferentes, adiantando parcelas diferentes, mas conexas, de um trabalho maior e mais complexo;
- (c) um aumento de produção num menor tempo e espaço de ação (especialmente no caso da agricultura). Nesse caso a brevidade do prazo em que se executa o trabalho é alcançada devido à magnitude da massa de trabalho lançada, no momento decisivo, ao campo de produção. Temos como exemplo, a colheita ou uma roçada, em que diversos trabalhadores executam partes da mesma operação simultaneamente, reduzindo o tempo total para conclusão da tarefa (MARX, 1988).

A Lei nº. 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o sistema jurídico das sociedades cooperativas, destaca o conceito de cooperativas: “Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados.”

Em outras palavras, cooperativa é a união de trabalhadores ou profissionais diversos, que se associam por iniciativa própria, sendo livre o ingresso de pessoas, desde que os interesses individuais em produzir, comercializar ou prestar um serviço não sejam conflitantes com os objetivos gerais da cooperativa (CRUZIO, 2005).

As cooperativas de produção e consumo têm protagonizado alternativas às formas hegemônicas. E, no dizer de Singer (2002), no laboratório da história, o único método disponível é o da tentativa e erro. E é justamente dessa forma que as experiências têm evoluído. Daí suas muitas dificuldades e precariedades, especialmente em países da periferia do sistema mundial, que já ocupam um lugar específico (e subalterno) na divisão social do trabalho.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

A difusão das experiências de economia solidária não pode ser pensada sem o cuidado de inseri-las no quadro do conjunto de transformações que vêm reconfigurando o social. A partir da década de 1980, com a crise do trabalho assalariado, os estudiosos começaram a detectar um conjunto de movimentos empunhados por trabalhadores que perderam seus empregos e não conseguiram se reinserir no mercado de trabalho ou, ainda, por aqueles que sempre viveram na informalidade. Centrando-se, especialmente na formação de cooperativas de trabalho e de produção e de associações de trabalhadores, como a Cooperafloresta, nas quais se busca a autogestão, tais experiências vêm sendo reconhecidas sob o nome de Economia Solidária (LEITE, 2009).

Para Paul Singer (2000a) o conceito de Economia Solidária se remete às experiências britânicas do início do século XIX, inspiradas por Richard Owen, nas quais sobressai a ideia da transformação social das relações de produção capitalistas e sua substituição pelos princípios socialistas de igualdade e solidariedade, baseados na ideia de autogestão e de controle operário sobre a produção.

Entretanto, para outros autores, como Laville (2006) e França Filho (2006) trata-se de um fenômeno novo, que tem a ver com a crise da relação salarial que se abriu no último

quartel do século passado e que, embora retome experiências do século XIX como as cooperativas e os empreendimentos autogestionários adquirem novos significados no atual contexto econômico e social.

Juntamente com Chanial, Laville (2006) contextualiza a economia solidária na ampla crise econômica e cultural que marcou o final dos anos de 1960, na qual se incluem a exigência de uma maior “qualidade de vida”, a reivindicação de um crescimento qualitativo e de uma política do nível de vida, “de levar em conta as dimensões de participação nas diferentes esferas da vida social, de preservar o meio ambiente, de mudar as relações entre os gêneros e as idades” (CHANIAL; LAVILLE, 2006, p. 50).

Portanto, a economia solidária estaria emergindo como fruto ao mesmo tempo da crise da sociedade do trabalho e do processo de terceirização da economia.

Diante da exclusão social provocada por esses fenômenos, ou da chamada nova questão social, como destaca Guérin (2005),

o fenômeno da economia solidária se apresenta [...] numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade, sob a forma de auto-organização social em torno de ações, ao mesmo tempo econômicas e políticas (GUÉRIN, 2005, p. 111).

Este poder de democratizar a economia, com a inserção de personagens periféricos ao capitalismo, se basearia, segundo o autor, em duas características da economia solidária: a primeira reside na importância das práticas de reciprocidades entendidas; e a segunda reside na elaboração de formas de coordenação e de alocação de recursos alternativas à concorrência ou à regulamentação administrativa representada pela coordenação estatal.

Guérin (2005) ainda acrescenta que a economia solidária tem como especificidade combinar dinâmicas de iniciativas privadas com propósitos centrados não no lucro, mas no interesse coletivo. Uma ação coletiva, com vínculos sociais e solidário, baseados numa solidariedade de proximidade, de auxílio mútuo e reciprocidade inserida no sistema capitalista.

Uma das visões mais otimistas da economia solidária é a de Singer (2000a), que considera os princípios cooperativistas como sendo não capitalistas. Diferentemente de Laville (2006) e Coraggio (2001), Singer vê uma relação entre as primeiras experiências operárias de formação de cooperativas e as atuais e é nesse sentido que as entende como um projeto em direção ao socialismo. De acordo com suas palavras:

A economia solidária é o projeto que, em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando. Os resultados históricos deste projeto em construção podem ser sistematizados do seguinte modo: 1) homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida, mas reintegrar-se à divisão do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas; 2) pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles; 3) assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 4) pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários; 5) os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação etc. (SINGER, 2000a, p. 14).

Para ele, a questão da autogestão é definitiva na caracterização desses empreendimentos como experiências que se baseiam na igualdade e na democracia.

Voltando aos princípios socialistas das primeiras cooperativas do início do século XIX, Paul Singer (2000a) descreve o ressurgimento das cooperativas como o resultado da crise do trabalho assalariado com o processo de terceirização do trabalho. Todo este movimento seria uma tentativa, segundo Singer, da tomada do poder do Estado para o fortalecimento da sociedade civil.

Esta discussão teórica sobre o associativismo como tática para a permanência no campo foi provocada pelo trabalho de campo na Cooperafloresta, que é uma associação como especificada a cima, formada por camponeses e quilombolas que há vinte anos reintroduziram² o sistema agroflorestal na região do Vale do Ribeira – SP

COOPERAFORESTA

A Cooperafloresta, nasce como uma associação de agricultores (quase todos quilombolas) agroflorestais, localizada (Figura 1) no Vale do Ribeira (SP/PR), com atualmente 112 famílias, buscando a resistência no campo através de um novo modo (apesar de ser um tipo de produção mais antigo do que a agricultura por monocultivo e agrotóxicos) de se produzir alimentos, para isso criou-se um conjunto de táticas metodológicas, que de forma simultânea e complementar tem gerado bons resultados e, se torna uma cooperativa com

² Reintroduziram, pois, os indígenas que viviam ali, e posteriormente os quilombolas eram coletores, partindo do mesmo modelo de produção.

objetivo de conquistar a independência financeira destes produtores sem a exclusão social e degradação da natureza.

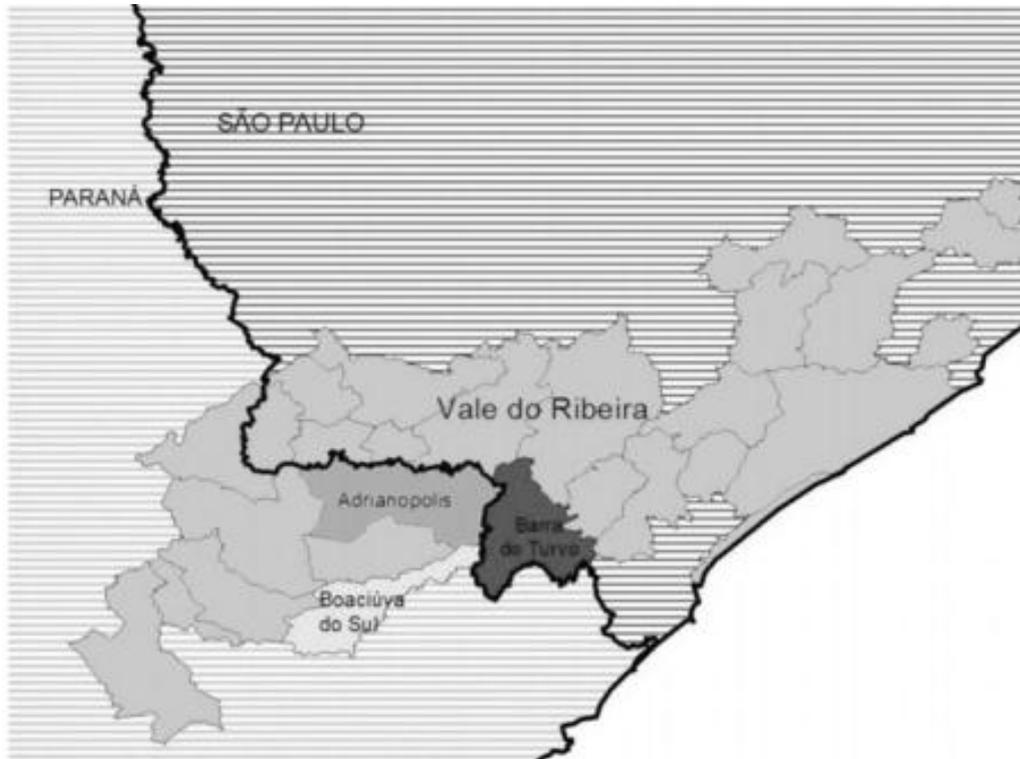


Figura 1: Mapa de Localização da Cooperafloresta
Fonte: Cooperafloresta (2015)

Estes produtores se distribuem em grupos por bairro, onde as famílias se ajudam no sistema agroflorestral, através do manejo em mutirões (Figura 2). Além de facilitar a produção alimentar, os mutirões também servem para trocas de experiências e para que cada camponês conheça a produção do outro, suas técnicas e estratégias para o manejo agroflorestral.



Figura 2: Mutirão em propriedade da Cooperafloresta
Fonte: Autor (2015)

O mutirão envolve formas de ajuda mútua, ao mesmo tempo que manifesta a construção de variados processos de reciprocidade e solidariedade, dos quais se constroem dinâmicas distintas nas relações sociais no âmbito das famílias e da comunidade.

O potencial do trabalho familiar (estrutura familiar diferenciada entre os produtores), as diferenças internas da comunidade (os diferentes objetivos de cada produção familiar) e, por conseguinte, a divisão do tempo de trabalho que pode ser dado ao *roçado comunitário* e ao roçado familiar interferem nas possibilidades de adesão às propostas de trabalho coletivo, ou seja, cada família tem uma determinada quantidade de pessoas, e com objetivos diferentes, e isto poderia interferir na coletividade da associação, por exemplo, uma família com sete pessoas pode trabalhar mais do que uma família com 3 pessoas, e numa sociedade individualista, isto seria questão de discussão. Porém, como na associação, a coletividade é trabalhada desde o início, e na Cooperafloresta não é diferente, lá o projeto é seletivo: quem tem mais comida tem mais tempo para trabalhar no *roçado comunitário*, quem pode esperar para vender na entressafra se adéqua melhor a um objetivo primordial do *roçado comunitário*, ou seja, guardar a produção para vendê-la em melhores condições na entressafra.

Cândido (2001), quando analisa as formas de solidariedade na comunidade de agricultores, descreve que o mutirão:

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa,

que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão-de-obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal (CÂNDIDO, 2001, p. 88).

Essas atividades de trabalho explicitam ações de solidariedade, mas que muitas vezes extrapolam as ações laborais, pois, podem se manifestar também nos diversos espaços da comunidade e da família, por meio das trocas de alimentos, na participação nos espaços de festa e rezas, na organização das relações comunitárias, nas trocas de conhecimento, definindo a construção do aspecto cultural e social da solidariedade (CÂNDIDO, 2001).

Faz parte das ações da Cooperativa a formação de uma Assembleia Geral Anual, um momento onde as famílias partilham suas técnicas, suas conquistas e frustrações como uma espécie de *feedback* da produção da associação.

Este tipo de organização é conhecido como economia solidária, e é definida por Singer (2004) como sendo um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável. É um projeto de organização socioeconômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*, com ênfase na cooperação em lugar da competição.

Veronese e Guareschi (2005) destacam que o objetivo do empreendimento solidário é a obtenção da quantidade e da qualidade do produto ou serviço que venha a atender a demanda social, e não apenas maximizar o lucro. O excedente terá sua destinação decidida pelos trabalhadores em assembleia, pois a propriedade e concepção coletivas dos meios e modos de gestão do trabalho deverá ser característica do empreendimento solidário, seja ele cooperativo, associativo ou comunitário. Tais critérios, obviamente, não são encontrados de forma absoluta nos empreendimentos, existindo diversos graus de apropriação dos mesmos, bem como de práticas efetivamente autogestionárias.

A relação entre produção e consumo se reflete de forma positiva na ampla maioria dos agricultores investigados por Perez-Cassarino (2012). De acordo com os dados socioeconômicos, cerca de 30% da produção serve apenas para o consumo familiar, não sendo comercializada. A outra parte é consumida e comercializada havendo sempre essas duas utilidades.

Durante o trabalho de campo, a família entrevista mencionou que a produção comercializada possui duas destinações, as feiras em Curitiba-PR (cidade de grande porte

mais próxima da região) em que geralmente são os mais jovens que são os feirantes, e a comercialização para os municípios da região. Cabe ressaltar que há um projeto em

O fator renda tem papel relevante no acesso econômico aos alimentos e conseqüentemente nas escolhas alimentares e de acordo com os agricultores esse foi o principal fator relacionado à melhoria substancial na vida das famílias desde a entrada da agrofloresta.

Os sistemas agroflorestais (SAFs), como pode-se observar nas figuras 3 e 4, são consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas (espécies de árvores) que podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas, bem como para produção de alimentos diversificados. Pois sua técnica ameniza as limitações do terreno, minimiza riscos de degradação inerentes à atividade agrícola e otimiza a produtividade a ser obtida. Há diminuição na perda de fertilidade do solo e no ataque de pragas. A utilização de árvores é fundamental para a recuperação das funções ecológicas, uma vez que possibilita o restabelecimento de boa parte das relações entre as plantas e os animais. Os componentes arbóreos são inseridos como estratégia para o combate da erosão e o aporte de matéria orgânica, restaurando a fertilidade do solo.



Figura 3 e 4: Sistema Agroflorestal da Cooperafloresta – Consórcio de cultivos agrícolas
Fonte: Autor (2015)

Numa mesma área, é possível estabelecer consórcios entre espécies de importância econômica, frutíferas e hortaliças. Podem ser introduzidas espécies de leguminosas para uso

como adubo verde, as quais são roçadas, e espécies de leguminosas arbóreas, que, com a mesma finalidade, são podadas, visando à deposição de material orgânico sobre o solo. Além de contribuir para a conservação do meio ambiente, os benefícios dos sistemas agroflorestais despertam o interesse dos agricultores, pois, como estão aliados à produção de alimentos, permitem oferecer produtos agrícolas e florestais, incrementando a geração de renda das comunidades agrícolas.

Através da entrevista durante o trabalho de campo foi possível compreender a mudança de vida que a inserção no sistema agroflorestal promoveu na vida destes camponeses e quilombolas, em quatro âmbitos específicos:

- Maior produtividade. Com o monocultivo eles produziam nos 20ha (área total da propriedade) já com o SAF a produção é em cerca de 2ha;
- Maior renda, Com a diversificação dos cultivos há a escolha do produto que será comercializado na época de maior preço no mercado (Nos relatos pode observar um aumento de renda familiar que antes era de R\$1.200,00 e atualmente são R\$3.000,00);
- Aumento da estrutura familiar e retorno dos jovens ao campo. Houve uma migração de jovens da comunidade para grandes cidades como Curitiba-PR e com o aumento da renda e uma vida melhor do que nas periferias destas grandes cidades (local onde estes jovens migrantes acabaram se instalado) e com a inserção no SAF houve um retorno destes jovens para as comunidades;
- Diversidade de consumo. As famílias possuíam a mesma alimentação básica de quatro variedades de cultivos, banana, arroz, feijão e ovo. Com a inserção do SAF, os cultivos que não eram comercializados durante o período, faziam parte da alimentação e assim faziam um rodízio dos cultivos que eram comercializados e que faziam parte da alimentação.

A agrofloresta diversificou a produção, possibilitando a esta uma maior segurança, principalmente por viabilizar o escoamento da produção via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em feiras agroecológicas em Curitiba, além de no Circuito Sul de circulação e comercialização de produtos da Rede Ecovida de Agroecologia³.

³ O Circuito Sul de Circulação da Rede Ecovida é formado por quatro organizações que fazem parte da Rede Ecovida, incluindo a Cooperafloresta, no qual é feita a troca e circulação de produtos visando complementar a oferta de produtos às instituições mercados, entre os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (RIGON, 2005).

Dessa forma, segundo Rigon (2005), a transição para o sistema agroflorestal representou uma mudança, na vida e na alimentação das famílias. Baseadas antes no plantio das quatro culturas tradicionais – feijão, milho, mandioca e arroz –, as famílias tiveram que se adaptar ao plantio de uma variedade de sementes, preservando as potencialidades locais e manejando o sistema conforme a necessidade.

Perez-Cassarino (2012) afirma que a garantia da produção de autoconsumo possibilita maiores e melhores condições de troca com o mercado, definindo uma característica que foi denominada “princípio da alternatividade”, pelo qual o agricultor ‘joga’ com as condições de mercado a partir de sua base produtiva, realizando incursões mais ousadas em momentos em que este lhe é favorável ou retraindo-se em momentos em que a relação lhe é prejudicial.

A produção inicialmente destinada ao autoconsumo poderá ser comercializada caso as condições sejam favoráveis, apelando, então, para aquisição dos alimentos que lhe faltem, do contrário, utiliza toda a produção para seu consumo, comercializando somente aquilo que seja indispensável à garantia de suas necessidades externamente à unidade produtiva.

Dessa forma, a produção para autoconsumo assume o caráter de “valores de uso ou não mercantis” ou de “valor de troca ou mercantil” de acordo com o contexto e a realidade do momento.

Compreendemos este tipo de tática como *(Re)Existência*, cunhado por Mendonça e Pelá (2011), conceito que discute as ressignificações, as reestruturações, as modificações do modo de vida camponês, que reivindica seu espaço no território através de diversas táticas que culminam na luta contra a desterritorialização, na luta pelo acesso a terra, e na luta por uma efetiva reforma agrária que não necessariamente se trata de uma tática anti-capitalista, ou que rompe com a subordinação ao capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Andion (2001) identifica também a economia solidária dentro da perspectiva da sociologia/economia, como um conjunto de organizações que atuam no campo social, mobilizadas a partir da sociedade civil. A economia solidária, nas suas diversas formas organizacionais (cooperativas, associações, grupos informais etc), é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

Deste modo, é evidente a real importância do associativismo, cooperativismo e economia solidária para o desenvolvimento local, como exemplo a Cooperafloresta, e assim para a permanência no campo destes produtores familiares e quilombolas.

A Cooperafloresta se enquadra com o que Laville (2006) narra, não numa tentativa radical de mudança da sociedade e de resistência ao agronegócio e a desigual estrutura fundiária, e sim numa tentativa de preservar a natureza, de mudar as relações sociais entre os indivíduos, numa tentativa de novas formas de sociabilidade, que têm possibilitado e permitido a recuperação da dignidade e a autoestima desta população.

Assim a Cooperafloresta se apresenta mais como um projeto de *(re)existência* dos agricultores quilombolas com uma mudança na relação ser humano/natureza, do que uma resistência ao agronegócio e/ou produção capitalista, mas que se faz válida por ser uma possibilidade de camponeses e quilombolas ainda permanecerem no campo, em suas terras, com dignidade e autosustento.

REFERÊNCIAS

Trabalho enviado em Junho de 2017
Trabalho aceito em Novembro de 2017

ANDION, C. As Particularidades da Gestão em Organizações da Economia Solidária. In: ENANPAD, 25., Campinas. **Anais...** Campinas, 2001.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1980.

CHANIAL, P; LAVILLE, J. L. A economia social e solidária na França. In: FRANÇA FILHO *et al.*, **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

COOPERAFLORISTA – **Associação dos Agricultores de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/PR**. Disponível em: <[https:// http://www.cooperafloresta.com](https://http://www.cooperafloresta.com)>. Acesso em: março de 2017.

CRUZIO, H. de O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**: uma alternativa ao desemprego. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FRANÇA FILHO, G. A economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO *et al.*, **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí/RS: Ed. Unijuí, 2012.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola. 2005.

LAVILLE, J. L. **Ação pública e economia**: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO *et al.*, **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LEITE, M. de P. A economia solidária e o trabalho associativo. **RBCS**, São Paulo, v. 24 n. 69, p. 31-51, fevereiro, 2009.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENDONÇA, M. R.; PELÁ, M. O cerrado goiano numa encruzilhada de tempos: os territórios em disputa e as novas territorialidades do conflito. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica, p. 1-18, II Semestre, 2011.

PEREZ-CASSARINO, J. P. **A Construção Social de Mecanismos Alternativos de Mercados no Âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

RIGON, S. A. **A Alimentação como Forma de Mediação da Relação Sociedade Natureza**: um estudo de caso sobre a agricultura ecológica e o autoconsumo em Turvo – PR. 334f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SANTOS, B. de S. **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. Porto: Afrontamento, 2003.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, mai./ago., p. 7–22, 2004.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000a.

SINGER, P. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000b.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da Psicologia Social Crítica. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 17 n.2, p. 58-69, mai/ago, 2005